

Política



PEDIDO DO MP
TJ de GO nega prisão de primo de Caiado

Jorge Caiado e um dos investigados pelo assassinato de ex-aliado do governador



POSSÍVEL
ACUSAR
APÓS
O CASO
DO
GOV. DE
GOIÁS

BAIXANDO AS ARMAS

Lewandowski muda tom em relação a Dino e busca oposição para emplacar pautas de segurança

PAULLA SIERRA
publicista e jornalista
de Brasília

Em busca de uma marca na sua passagem pelo governo federal, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, tem aberto seu gabinete para parlamentares de oposição, numa estratégia que visa reduzir resistências a medidas da área de segurança pública que pretende encampar no Congresso. A principal delas é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), ainda não apresentada, que altera a lógica como o assunto é tratado no país, ampliando o poder do governo federal no tema, hoje uma atribuição prioritária dos estados.

O movimento representa uma mudança de tom na pasta antes chefiada por Flávio Dino, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), conhecido pelos embates com bolsonaristas nas redes.

A segurança pública tem sido uma das preocupações do governo Lula — pesquisa divulgada pela Quanta em março revelou que 79% dos brasileiros sentiram piora na violência e 81% a avaliam como um problema nacional. Ao mesmo tempo, o tema é bandeira do bolsonarismo, que vincula os índices a iniciativas da atual gestão, como uma política mais restritiva para armas e veto ao projeto que proibiu as “saídas” de presos.

O aceno de Lewandowski a integrantes da oposição se intensificou na semana passada, quando o ministro recebeu o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, e outros expoentes da direita, como a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Caroline De Toni (PL-SC), e o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), que integra a Comissão de Segurança Pública.

“DISPOSIÇÃO DE DISCUTIR”

No encontro, o ministro ouviu que poderá ter dificuldades para levar adiante sua intenção de ampliar a participação federal na segurança pública, mas a iniciativa de discutir com a oposição foi elogiada pelos parlamentares.

“Foi minha experiência como delegado da Polícia Civil, esse tipo de iniciativa deveria dar mais poder aos estados e municípios, que têm mais contato com os problemas da segurança pública. Se a PEC fizer um movimento contrário a isso, estará dificultando ainda mais”, afirmou Bilynskyj.

— Mas o ministro se colocou a disposição para estar presente no Parlamento a fim de discutir conosco.

A PEC inclui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), conhecido como o “SUS da Segurança Pública”, na Constituição. O programa, que propõe a criação de um plano de ações estruturadas de segurança envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais, foi instituído formalmente



OS MOVIMENTOS DO MINISTRO



Encontros com bolsonaristas

Lewandowski tem tido audiências e encontros com deputados da ala bolsonarista. Nas últimas semanas, conversou com Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Carol De Toni (PL-SC) e Paulo Bilynskyj (PL-SP) para tratar sobre PEC. Também esteve com Zé Trovilo (PL-SC) (foto), que foi ao gabinete do ministro falar sobre projeto para transporte de cargas.



Idas e diálogos com Congresso

Em abril, o ministro foi ouvido pela Comissão de Segurança Pública da Câmara sobre a fuga da Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Mossoró (RN), em fevereiro deste ano. Na ocasião, admitiu rever “questões técnicas” no decreto de armas, um dos temas caros aos bolsonaristas. “Cidadão tem direito de se defender”, afirmou na ocasião.



Tentativa de manter veto das saídas

O ministro vem tentando convencer congressistas a não derrubar vetos presidenciais ao projeto que acabava com a saída temporária de presos do regime semilivre. Ao sancionar a lei, Lula contrariou o Congresso ao manter o benefício para visita à família e para fazer cursos. O tema passou com ampla maioria na Câmara e no Senado (foto).

partidária, o ministro assumiu a Justiça após ter passado 17 anos no STF. Além disso, aos 76 anos, não tem pretensões eleitorais, o que lhe permite transitar com facilidade entre parlamentares dos diferentes espectros políticos.

Um mês após assumir o posto, Lewandowski recebeu em seu gabinete o presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara, deputado Alberto Fraga (PL-DF), que saiu de lá elogiando o estilo do ministro, em contraposição ao de antecessor, Flávio Dino.

Poucos dias depois, em audiência na Câmara, Lewandowski admitiu avaliar a revisão de pontos do decreto de armas editado por Lula que restringiu o acesso aos artefatos, em novo aceno à oposição. Na ocasião, parlamentares também registraram o estilo “menos belicoso” do ministro em relação ao seu antecessor.

Essa interlocução também tem sido usada pelo ministro para tentar convencer congressistas a não derrubar vetos presidenciais ao projeto que acabava com a saída temporária de presos do regime semilivre. Ao sancionar a lei, Lula contrariou o Congresso ao manter o benefício para visita à família e para fazer cursos.

Embora a derrubada do veto seja dada como certa por articuladores políticos do Palácio do Planalto, Lewandowski disparou ligações nos últimos dias para líderes partidários. Já foram contactados pelo menos 14 nomes, como Isauldo Bulhões (MDB), Antônio Brito (PSD), Hugo Motta (Republicanos), Romero Rodrigues (Podemos), Efraim Filho (União) e Jorge Kajuru (PSB).

Nas conversas, o ministro argumenta que, caso as saídas sejam totalmente proibidas, há risco de rebeliões nos presídios do país.

Movimento

Ricardo Lewandowski abraça e esmaga o ministro Flávio Dino na cerimônia de posse como novo ministro da Justiça, em fevereiro. Em STF, tem ampliado diálogo com oposição para debater pautas na área de segurança



“Lewandowski nos mostrou interesse em trabalhar e resolver, independentemente da ideologia.”

— Zé Trovilo, deputado federal pelo PL-SC

“O ministro se colocou a disposição para estar presente no Parlamento.”

— Bilynskyj, deputado federal (PL-SP), sobre a proposta do ministro

